



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

3º Simulado

**SEFAZ SC**

Pós-Edital

# Simulado

## SEFAZ-SC

Nome: \_\_\_\_\_

### INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este provão conta com questões focadas no concurso da SEFAZ-SC;
- 2 – A prova contém **100 questões** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil dos últimos concursos da SEFAZ-SC.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no [blog do Estratégia Concursos](#).

**PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-SEFAZ-SC-27-11>**

- |                |                |                |                 |
|----------------|----------------|----------------|-----------------|
| 01 – A B C D E | 26 – A B C D E | 51 – A B C D E | 076 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 27 – A B C D E | 52 – A B C D E | 077 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 28 – A B C D E | 53 – A B C D E | 078 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 29 – A B C D E | 54 – A B C D E | 079 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 30 – A B C D E | 55 – A B C D E | 080 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 31 – A B C D E | 56 – A B C D E | 081 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 32 – A B C D E | 57 – A B C D E | 082 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 33 – A B C D E | 58 – A B C D E | 083 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 34 – A B C D E | 59 – A B C D E | 084 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 35 – A B C D E | 60 – A B C D E | 085 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 36 – A B C D E | 61 – A B C D E | 086 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 37 – A B C D E | 62 – A B C D E | 087 – A B C D E |
| 13 – A B C D E | 38 – A B C D E | 63 – A B C D E | 088 – A B C D E |
| 14 – A B C D E | 39 – A B C D E | 64 – A B C D E | 089 – A B C D E |
| 15 – A B C D E | 40 – A B C D E | 65 – A B C D E | 090 – A B C D E |
| 16 – A B C D E | 41 – A B C D E | 66 – A B C D E | 091 – A B C D E |
| 17 – A B C D E | 42 – A B C D E | 67 – A B C D E | 092 – A B C D E |
| 18 – A B C D E | 43 – A B C D E | 68 – A B C D E | 093 – A B C D E |
| 19 – A B C D E | 44 – A B C D E | 69 – A B C D E | 094 – A B C D E |
| 20 – A B C D E | 45 – A B C D E | 70 – A B C D E | 095 – A B C D E |
| 21 – A B C D E | 46 – A B C D E | 71 – A B C D E | 096 – A B C D E |
| 22 – A B C D E | 47 – A B C D E | 72 – A B C D E | 097 – A B C D E |
| 23 – A B C D E | 48 – A B C D E | 73 – A B C D E | 098 – A B C D E |
| 24 – A B C D E | 49 – A B C D E | 74 – A B C D E | 099 – A B C D E |
| 25 – A B C D E | 50 – A B C D E | 75 – A B C D E | 100 – A B C D E |

**PORTUGUÊS**

Adriana Figueiredo / Patrícia

**Instrução: As questões 1 a 5 referem-se ao texto abaixo.**

Andar pelas calçadas e ser abordado por alguém que pede ajuda, esmola, comida, é um fato que tem sido cada vez mais recorrente no dia a dia de pequenas e grandes cidades do Brasil e do mundo. A migração interna e externa por conta de guerras e regimes políticos expõe, igualmente, a situação de descaso com a humanidade reproduzida mundialmente. A busca por melhores condições de vida e por dignidade leva grandes contingentes populacionais a se arriscarem por caminhos perigosos que podem jamais ter volta. Por outro lado, nota-se a preocupação individual e de nações na proteção de suas fronteiras para dificultar e mesmo proibir a entrada de imigrantes.

Assim, perto e longe de nós ocorrem fatos que expressam total desprezo e indiferença para com o ser humano. Ao mesmo tempo que chocam, também podem levar à banalização do absurdo, do insano, do desrespeito pelo outro e pela humanidade compartilhada entre os semelhantes. A excessiva concentração de renda, o individualismo, a egolatria (culto a si mesmo), a extrema desigualdade, elementos característicos do nosso tempo, podem ser citados para buscar uma explicação do avanço da indiferença e do desprezo pelo ser humano, sobretudo, o mais marginalizado, aquele que não se encaixa nos padrões considerados “normais” em determinado contexto.

Nesse sentido, tende-se a responsabilizar apenas o indivíduo pelo seu sucesso ou fracasso total, como se o contexto e as condições históricas dependessem unicamente do sujeito. Nos discursos e nas atitudes mais comuns do nosso cotidiano impõem-se modos de pensar e agir que são considerados “normais” e “naturais”, os quais consideram o sujeito como um ser de performance, que precisa constantemente de *upgrades*, para que não se torne descartável. Crescer como indivíduo, aprender, formar-se numa perspectiva integral é sem dúvida uma questão fundamental para o ser humano. Mas qual o sentido e a própria possibilidade dessa formação, se ela for pensada e realizada exclusivamente no plano individual?

Nessa perspectiva, o filósofo franco-lituano Emmanuel Lévinas afirma que o desenvolvimento do mundo humano só é viável se encontrarmos, a todo momento, alguém que possa ser responsável pelo seu semelhante. Assim, o outro deixa de ser considerado um adversário que compete, atrapalha ou impede o desenvolvimento da liberdade individual, e se torna condição para o reconhecimento e a valorização da existência do ser humano. Ou seja, somos humanos, na medida em que manifestamos o nosso cuidado pelos outros seres humanos.

Adaptado de LOPES, Luís Fernando.

<<http://portal.revistavisao.com.br/post/29961/texto-para-reflexao-humanidade-e-alteridade-para-onde-caminhamos/>>.

**01.** Ao constituir um panorama social da atualidade, o autor

- a) permite a reflexão sobre o desenvolvimento das pessoas como indivíduos e como membros de uma sociedade.
- b) leva em conta, como critério fundamental para o desenvolvimento humano, o tratamento individualista deixado de lado atualmente.
- c) reconhece uma expectativa positiva no desenvolvimento social, mesmo com percalços sociais e políticos.
- d) aponta como única solução a abertura das fronteiras para a recepção de imigrantes que desejam evadir de seu país de origem.
- e) salienta a importância que as políticas de imigração têm no contexto do desenvolvimento social de uma nação.

**02.** Estabelecem entre si uma relação de oposição os seguintes segmentos:

- a) *A busca por melhores condições de vida (...) / se arriscarem por caminhos perigosos que podem jamais ter volta (1º parágrafo);*
- b) *(...) expressam total desprezo e indiferença para com o ser humano. / (...) banalização do absurdo, do insano, do desrespeito pelo outro (2º parágrafo);*
- c) *A excessiva concentração de renda, o individualismo, a egolatria (...) / avanço da indiferença e do desprezo pelo ser humano (2º parágrafo);*
- d) *(...) modos de pensar e agir que são considerados “normais” e “naturais” / (...) sujeito como um ser de performance, que precisa constantemente de upgrades (...) (3º parágrafo).*
- e) *(...) o outro deixa de ser considerado um adversário que compete, atrapalha (...) / (...) o reconhecimento e a valorização da existência do ser humano. (...) (3º parágrafo).*

**03.** Há forma verbal na voz passiva e adequada articulação entre os tempos e os modos verbais na frase:

- a) O indivíduo deve ficar, no mínimo, desconcertado quando se deparava com os problemas sociais oriundos do desenrolar de seu individualismo.
- b) Impendem-se esforços para que a desigualdade seja combatida em sua essência, de forma a cuidar dos novos vícios da sociedade, como a concentração de renda, o individualismo e a egolatria.
- c) Era de se esperar que todas as parcelas da população venham a se desenvolver com o mínimo de dignidade, e não apenas parte dela.
- d) Fossem mais otimistas as expectativas para a situação social atual, possivelmente no futuro não estivéssemos a enfrentar todas as desigualdades.
- e) Ainda que sociólogos e pensadores contemporâneos viessem a confirmar a tese de Emmanuel Lévinas, pouco poderá ser feito sem as ações do poder público e da sociedade.

**04.** A *excessiva concentração de renda, o individualismo, a egolatria (culto a si mesmo), a extrema desigualdade, elementos característicos do nosso tempo, podem ser citados para buscar uma explicação do avanço da indiferença e do desprezo pelo ser humano.*

A frase acima permanecerá coerente, coesa e correta caso se substitua o segmento “*para buscar uma explicação do avanço da indiferença e do desprezo pelo ser humano*” por

- a) com o intuito de que se buscasse uma explicação do avanço da indiferença e do desprezo pelo ser humano;
- b) conforme fosse buscando uma explicação do avanço da indiferença e do desprezo pelo ser humano;
- c) para que buscar uma explicação do avanço da indiferença e do desprezo pelo ser humano;
- d) para que se busque uma explicação do avanço da indiferença e do desprezo pelo ser humano;
- e) para que se busquem uma explicação do avanço da indiferença e do desprezo pelo ser humano.

**05.** Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:

- a) Por mais que se reflitam, tem situações que apenas serão deixadas de lado após um maior amadurecimento da sociedade.
- b) O autor do texto está convicto com que os problemas sociais da atualidade sejam consequência da crescente onda individualista.
- c) Argumentam-se no texto que o desequilíbrio e a desigualdade social é fator determinante para problemas sociais da atualidade.
- d) A menos que houvessem mais oportunidades igualitárias para todos os indivíduos, não terá sucesso o desenvolvimento social.
- e) Às reflexões e ponderações de sociólogos e filósofos deve corresponder a ação conjunta de indivíduos e poder público, para que não se frustrate o desenvolvimento da sociedade.

**Instrução:** As questões 6 a 10 referem-se ao texto abaixo.

Fui levado pela velha até o sótão; o excesso de gentileza era a evidência de que me enganavam. Docilmente me deixei levar; mãos nas minhas costas, ela me conduzia balbuciando consolos. Não ousei fazer perguntas. De qualquer modo, me responderiam com mentiras. Fingindo acreditar no jogo, planejava descobrir tudo por conta própria. Atrás de nós vinha o velho, sorrindo falso. No sótão a velha me mostrou a cama, os lençóis e um imaculado pijama de florzinhas. Quando estivesse pronto, poderia apagar a luz, o interruptor ao lado.

- Você tem medo do escuro?

- Não senhora.

Ela passou a mão na minha cabeça, desajeitada e carinhosa, e saiu fechando a porta. Ouvi passos na escada, arrastar de chinelos, cochichos: os velhos conspiravam. Deitei sem apagar a luz nem trocar de roupa. Fiquei olhando a lâmpada pendurada no teto, telhas à mostra, e aquelas carcaças de móveis antigos e caixotes empoeirados. No entanto, a cama primorosamente limpa, no meio da velharia, só para mim. Não atinava o sentido: o que teria levado os dois velhos (meus inimigos com tantos vidros quebrados em guerras de funda) a me recolherem logo à porta de casa e, ao preço de algumas balas de hortelã, um mingau de aveia e bolachas salgadas, prenderem-me no sótão. Tão inalcançável que nem perderiam tempo me explicando. Quando me subornavam em

frente de casa, meu irmão mais velho, de longe, me olhava enviesado e fingia não dar

importância. Devia saber de tudo. Tive a impressão de que a mulher com o nariz achatado na vidraça do quarto do meu pai era minha mãe, e olhava também para mim. Talvez. A casa estava escura e cheia de gente. Aceitei as regras e me deixei levar pelos vizinhos; por onde eu passava, os outros me olhavam discretos e respeitosos, como a um príncipe destronado. Aquilo me agradou - por alguns minutos centro das atenções - e passei a mastigar as balas de hortelã fazendo barulho com a boca e respingando saliva, para irritar, mas eu estava imunizado por um respeito sobrenatural. Em seguida me assustei, pressentindo fragilidade na minha posição; era falsa. No fim de tudo por certo eu sairia perdendo.

Adaptado de TEZZA, Cristóvão. "A primeira noite de liberdade". Disponível em < [http://www.cristovaotezza.com.br/textos/contos/p\\_primeira.htm](http://www.cristovaotezza.com.br/textos/contos/p_primeira.htm) >.

**06.** Em síntese, depreende-se da leitura do texto que:

- a) o narrador-personagem não se lembra de muitos detalhes de sua infância com os pais;
- b) a casa nova possui uma paisagem acolhedora e aconchegante;
- c) o narrador-personagem aceita a situação imposta, mesmo sem entender o contexto por completo;
- d) a nova moradia do narrador-personagem, por ser longe da antiga, traz um sentimento nostálgico;
- e) após a morte de seus pais, o narrador-personagem acabou acolhido por vizinhos com os quais não tinha proximidade.

**07.** A narrativa traz I considerável impressão de que II alguma situação bastante constrangedora acontecendo III família.

Preenchem corretamente as lacunas I, II e III da frase acima:

- a) a – à – àquela
- b) a – há – àquela
- c) há – à – a
- d) há – a – à
- e) à – a – àquela.

**08.** A pontuação se mantém correta no seguinte segmento adaptado do texto:

- a) O leitor, consegue se aproximar do personagem, e sentir pena de sua situação.
- b) O narrador, ao se conformar com a situação tentava pensar no que poderia vir a ocorrer em seguida, sem poder fazer muito.
- c) A observação do narrador em seu novo quarto, sobre a lâmpada, as telhas à mostra, e os móveis antigos, apresenta um contexto sombrio.
- d) Percebe-se que o personagem é observado, por pessoas que estão à volta. Essa imagem permite ao leitor, que, faça muitas conjecturas.
- e) Acolhe-se o personagem na esperança de vir a ser algo bom, mesmo que não entenda o porquê de toda aquela situação.

**09.** *Ouvi passos na escada, arrastar de chinelos, cochichos.*

O segmento sublinhado acima exerce a mesma função sintática daquele sublinhado em:

- a) Deitei sem apagar a luz nem trocar de roupa;
- b) Fiquei olhando a lâmpada pendurada no teto, telhas à mostra, e aquelas carcaças de móveis (...);
- c) Tão inalcançável que nem perderiam tempo me explicando;
- d) Aceitei as regras e me deixei levar pelos vizinhos; por onde eu passava, os outros me olhavam;
- e) Quando me subornavam em frente de casa, meu irmão mais velho, de longe, me olhava enviesado.

10. Observando-se a construção do período *Quando me subornavam em frente de casa, meu irmão mais velho, de longe, me olhava enviesado e fingia não dar importância*, é correto afirmar que:

- a) a oração “Quando me subornavam em frente de casa” complementa o verbo da oração subsequente.;
- b) no caso de substituição da forma “me subornavam” por “estavam me subornando”, a correlação verbal manter-se-á a mesma;
- c) os termos “meu irmão mais velho” e “importância” são complementos verbais;
- d) no caso de substituição de “olhava” por “ficava olhando”, a regência seguinte passará a ser nominal.;
- e) uma forma da voz passiva equivalente a “me subornavam” é “estavam me subornando”.

### RACIOCÍNIO CRÍTICO E LÓGICO

Carlos Henrique

11. A pedagoga de um colégio quis saber a preferência de seus alunos sobre três disciplinas: Matemática, Língua Portuguesa e Filosofia. Para isso, elaborou uma ficha em que cada aluno marcaria com um X quais disciplinas eram de sua preferência, podendo marcar quantas disciplinas quisesse. O resultado foi o seguinte: 27 alunos marcaram as três disciplinas, 50 marcaram as disciplinas Matemática e Língua Portuguesa, 48 marcaram Língua Portuguesa e Filosofia, 52 marcaram Matemática e Filosofia, 80 marcaram Filosofia, 78 marcaram Matemática e 82 marcaram Língua Portuguesa. Se todos os alunos marcaram pelo menos uma disciplina e preencheram somente uma ficha cada, então o total de alunos consultados foi:

- a) 417
- b) 390
- c) 117
- d) 286
- e) 142

12. Se minha casa não é azul, então o meu gato mia. Se minha casa é azul, então João não é feliz. Ora, João é feliz. Logo:

- a) a minha casa é azul e o meu gato não mia
- b) a minha casa não é azul e o meu gato mia
- c) a minha casa é azul e o meu gato mia
- d) a minha casa não é azul e o meu gato não mia
- e) se João é feliz, então o meu gato não mia

13. A negação da sentença: “A Terra é plana e Salim é turco” é:

- a) Se Salim é turco, então a Terra não é plana.
- b) Se Salim não é turco, então a Terra não é plana.
- c) A Terra não é plana e Salim não é turco.
- d) A Terra não é plana ou Salim é turco.
- e) A Terra não é plana, se Salim não é turco.

14. Em uma pesquisa de mercado para o lançamento de uma nova marca de carros, oitenta pessoas foram entrevistadas e deviam responder se gostavam dos carros das marcas A e B. Quarenta pessoas responderam que gostavam dos carros da marca A e sessenta pessoas responderam que gostavam dos carros da marca B.

Sobre as oitenta pessoas entrevistadas, é correto concluir que

- a) no máximo vinte não gostam dos carros da marca A nem da marca B.
- b) no mínimo dez não gostam dos carros da marca A nem da marca B.
- c) no máximo dez gostam das duas marcas.
- d) no mínimo trinta gostam das duas marcas
- e) no máximo vinte gostam dos dois sabores.

15. Surfo ou estudo. Fumo ou não surfo. Velejo ou não estudo. Ora, não velejo. Assim:

- a) estudo e fumo.
- b) não fumo e surfo.
- c) não velejo e não fumo.
- d) estudo e não fumo.
- e) fumo e surfo.

16. No dia 25 de janeiro, uma 3a feira, Carlos revelou a seus colegas de trabalho que faria aniversário ainda naquele mês. Querendo fazer uma brincadeira, ele deu duas pistas para que eles tentassem deduzir qual seria o dia exato.

I. A data do meu aniversário é mais próxima do primeiro dia de fevereiro do que de hoje.

II. Neste ano, meu aniversário não cairá em um final de semana.

Para deduzir a data exata do aniversário de Carlos,

- a) a pista I sozinha é suficiente, mas a pista II sozinha não é.
- b) a pista II sozinha é suficiente, mas a pista I sozinha não é.
- c) qualquer uma das pistas é suficiente, mesmo sem considerar a outra.
- d) as pistas I e II, em conjunto, são suficientes, mas nenhuma delas é suficiente sem a outra.
- e) as pistas I e II, em conjunto, não são suficientes.

17. Uma pesquisa revelou que as donas de casa na faixa dos 40 a 50 anos representam o grupo que mais compra chocolates nos supermercados brasileiros. Este surpreendente resultado derruba de vez o mito de que a infância corresponde à fase de nossas vidas em que mais consumimos chocolate.

O argumento reproduzido acima pode ser considerado falho porque seu autor

- a) classifica como surpreendente o resultado de uma pesquisa, o que a desqualifica.
- b) não detalha o perfil econômico das donas de casa que participaram da pesquisa.

c) refere-se a um mito popular, que não tem qualquer embasamento científico.

d) não distingue os conceitos de compra e consumo, tratando essas palavras como sinônimas.

e) refere-se à infância de modo geral, sem especificar uma faixa etária mais precisa.

18. Há alguns anos, o uso do cinto de segurança em automóveis tornou-se obrigatório por lei no Brasil.

Algumas pessoas criticam essa lei, com o argumento de que a não utilização do cinto traz riscos apenas ao próprio indivíduo. Dizem que, em uma sociedade livre, as pessoas devem ter o direito de assumir seus próprios riscos, desde que não prejudiquem os outros. Dessa forma, concluem que o uso ou não do cinto de segurança deveria ser uma escolha de cada cidadão.

Qual dos seguintes eventos, se verdadeiro, enfraquece a argumentação descrita acima?

- a) Muitas empresas automotivas têm introduzido, nos últimos modelos lançados, dispositivos que impedem que seja dada a partida do veículo caso o cinto de segurança do banco do motorista não tenha sido acionado.
- b) Inúmeros levantamentos oficiais, conduzidos pelos Ministérios dos Transportes e da Saúde, têm mostrado que, em caso de acidentes automobilísticos rodoviários, a gravidade dos ferimentos é bem maior em motoristas que não estavam usando cinto.
- c) O preço dos seguros de automóvel é mais alto para todos os usuários devido às indenizações pagas em casos de acidentes em que o motorista morre ou se machuca gravemente por não estar usando o cinto de segurança.
- d) As leis que tornam obrigatório o uso do cinto de segurança não se restringem aos motoristas de automóveis: passageiros de aviões também são obrigados a usar o cinto durante a decolagem e a aterrissagem da aeronave.
- e) O número de acidentes rodoviários com vítimas fatais diminuiu significativamente no Brasil após a implantação da lei que tornou obrigatório o uso do cinto de segurança pelo motorista e pelos passageiros de todos os automóveis.

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

Herbert Almeida

19. Joana é diretora de uma entidade administrativa, mas estava preocupada com o alcance dos resultados exigidos pela sociedade. Após intensas pesquisas, ela percebeu que o ordenamento jurídico nacional gozava de instrumentos para flexibilizar os controles burocráticos, em troca de resultados mais eficientes. Um dos modelos que chamou a sua atenção foi o de contratualização de resultados, em especial pela utilização das denominadas agências executivas.

Nesse contexto, na organização administrativa brasileira, é correto afirmar que as agências executivas:

- a) são necessariamente autarquias sob regime especial, não se caracterizando como uma nova espécie de entidade da administração indireta.
- b) podem ser autarquias ou fundações que se qualifiquem através da assinatura de um contrato de gestão, desde que atendam aos requisitos previstos na legislação, como o de ter um plano estratégico em andamento.
- c) para uma autarquia se tornar agência executiva não é necessária uma qualificação formal, pois seu grau de autonomia depende exclusivamente da lei instituidora.
- d) atuam em áreas específicas de regulação e execução de assuntos de interesse público.
- e) não podem ser qualificadas, ao mesmo tempo, como agências reguladoras, por expressa vedação legal.

20. No que diz respeito a convalidação dos atos administrativos, é correto afirmar que

- a) sempre será possível, quando existir qualquer defeito no ato.
- b) os atos administrativos que contenham vício de competência serão passíveis de convalidação em qualquer hipótese.
- c) o vício de forma, quando esta for essencial, é passível de convalidação, desde que não prejudique terceiros.
- d) a convalidação mantém os efeitos produzidos pelo ato, regularizando-o desde a sua produção.
- e) não é possível convalidar um ato vinculado.

21. Suponha que a administração pública pretenda propor uma parceria com organização da sociedade civil para o alcance de finalidades de interesse público e recíproco que envolvam a transferência de recursos financeiros. Nesse caso, o instrumento jurídico adequado para firmar referida parceria é denominado:

- a) contrato administrativo.
- b) termo de colaboração.
- c) consórcio administrativo.
- d) termo de fomento.
- e) acordo de cooperação.

22. Acerca dos serviços públicos, assinale a alternativa correta, com base na Lei nº 8.987/1995 e na jurisprudência dos Tribunais Superiores:

- a) é legítima a interrupção do fornecimento de energia elétrica por razões de ordem técnica, quando houver o devido aviso prévio pela concessionária sobre o possível corte no fornecimento do serviço.
- b) é viável a suspensão do fornecimento de energia elétrica em razão de débitos antigos.
- c) é legítimo o corte no fornecimento de energia elétrica em razão de débito, mesmo que esse seja considerado irrisório.
- d) fica autorizada a suspensão da prestação de serviço em virtude de inadimplemento por parte do usuário que se inicie na sexta-feira, no sábado ou no domingo.
- e) a obrigação de pagar por serviço de natureza essencial, tal como o de energia, é *propter rem*, ou seja, acompanha o imóvel, devendo ser assumida por eventual novo proprietário de imóvel inadimplente.

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

Nelma Fontana

**23.** Por iniciativa de deputado federal, foi apresentado ao Legislativo da União projeto de lei complementar que objetiva a criação do estado de Florianópolis, a partir do desmembramento do estado de Santa Catarina. A respeito do assunto, indique a alternativa compatível com o disposto na Constituição Federal.

- a) A Constituição Federal proíbe a secessão, motivo pelo qual o projeto de lei complementar deveria ser arquivado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.
- b) A votação do projeto pelo Congresso Nacional dependeria de autorização, por meio de plebiscito, da população brasileira.
- c) A criação do estado de Florianópolis dependeria de divulgação dos estudos de viabilidade estadual, apresentados e publicados na forma da lei.
- d) O Estado de Florianópolis poderia ser criado por lei complementar aprovada pelo Congresso Nacional, após consulta prévia à população diretamente interessada, desde que o resultado do plebiscito fosse positivo.
- e) É inviável juridicamente a criação, por desmembramento, de novos estados, apenas sendo permitidas a fusão ou a divisão de estados já existentes.

**24.** Acerca do controle de constitucionalidade, marque a alternativa INCORRETA.

- a) Por força do princípio da subsidiariedade, a arguição de descumprimento de preceito fundamental só será admitida se não couber, na hipótese, outro meio capaz de sanar a lesividade.
- b) Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias.
- c) Para que a ação declaratória de constitucionalidade seja admitida, será preciso demonstrar, na petição inicial, que existe controvérsia doutrinária ou judicial a respeito da interpretação ou da aplicação da lei ou do ato normativo federal.

- d) Observado o prazo legal, para reformular o acórdão proferido em ação direta de inconstitucionalidade, qualquer legitimado ativo da ação poderá apresentar ação rescisória.
- e) Nem todos os que podem propor ação direta de inconstitucionalidade são legitimados à propositura da ação declaratória de constitucionalidade.

**25.** O Presidente da República, tendo ouvido o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, para pôr termo a grave comprometimento da ordem pública, decretou a intervenção federal no estado Alfa. No decreto, fixou o prazo de 180 dias, nomeou João da Silva, general do Exército, como interventor e definiu que a intervenção só se daria no âmbito do Executivo, na área de segurança pública. Logo após, encaminhou o decreto para apreciação do Congresso Nacional. A respeito do caso narrado, aponte a alternativa correta.

- a) O Presidente da República não poderia ter decretado a intervenção federal sem a autorização do Congresso Nacional.
- b) A Constituição Federal, ao exigir a nomeação de interventor, proibiu que a função fosse exercida por militar, uma vez que o regime democrático não admite intervenção militar na autonomia dos entes federativos.
- c) O prazo limite para a duração da intervenção federal é de 30 dias, prorrogável uma vez, por igual período.
- d) A Constituição Federal exige que o decreto especifique a amplitude, o prazo e as condições de execução da intervenção federal. No caso narrado, o Presidente deixou de listar as condições de execução, tendo atendido as duas primeiras exigências.
- e) Comprometimento da ordem pública não é razão suficiente para decretar a intervenção federal, dada a subjetividade da análise.

26. Com o propósito de estabelecer medidas reguladoras da economia, o Presidente da República editou medida provisória (MP) para aumentar a alíquota de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para compra de moeda estrangeira. A MP foi imediatamente enviada ao Congresso Nacional, com a devida justificativa de relevância e de urgência. A medida não passou por comissão e foi levada diretamente ao Plenário da Câmara dos Deputados para votação, tendo sido aprovada, sem modificação, pela metade mais um dos presentes, sendo certo que a maioria absoluta dos parlamentares estava na sessão. No Senado, foi aprovada por maioria simples em um só turno. Em seguida, o Presidente da Mesa do Congresso Nacional fez a promulgação. A respeito do caso narrado, aponte a assertiva incorreta.

- a) A medida provisória foi rejeitada pelo Senado Federal, uma vez que o quórum exigido para a sua aprovação é o de maioria absoluta.
- b) A MP deveria ter sido analisada por comissão mista antes de seguir ao Plenário da Câmara dos Deputados, motivo pelo qual o vício formal apresentado é suficiente para gerar a declaração de inconstitucionalidade da lei promulgada.
- c) No processo legislativo da medida provisória, a Casa Iniciadora deve ser necessariamente a Câmara dos Deputados.
- d) Medidas provisórias aprovadas pelo Congresso Nacional, sem modificação, não se submetem à sanção e nem veto.
- e) A nova alíquota do IOF pode ser aplicada imediatamente, uma vez que a medida provisória tem força de lei e o citado imposto não se sujeita à cláusula de anterioridade tributária.

## DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

27. Em se tratando do direito das obrigações e suas modalidades, segundo o que dispõe o Código Civil de 2002, é correto afirmar que:

- a) A obrigação de dar coisa certa não abrange os acessórios dela, a menos que estes tenham sido mencionados e, se o contrário resultar do título ou das circunstâncias do caso.
- b) Caso a prestação do fato venha a se tornar impossível sem culpa do devedor, será resolvida a obrigação, porém, caso haja culpa, o devedor responderá por perdas e danos.
- c) A coisa incerta deverá ser indicada, ao menos, pelo gênero.
- d) Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao credor outra coisa não se estipulou.
- e) Caso a prestação seja indivisível, mas haja dois ou mais devedores, cada um será obrigado a uma cota proporcional da dívida.

28. Geraldo, aos 30 anos de idade, sofreu um acidente que lhe causou grave deficiência mental, porém, que não afetou seu raciocínio matemático e sua capacidade para administrar os próprios bens. Aos 32 anos, resolveu comprar uma casa adaptada à sua deficiência, em razão disso, pagou um valor relativamente acima da média das casas convencionais. Diante dos fatos e de acordo com o Código Civil de 2002, o negócio jurídico celebrado por Geraldo é:

- a) Nulo, uma vez que a deficiência de Geraldo o tornou absolutamente incapaz.
- b) Anulável, uma vez que a deficiência de Geraldo o tornou relativamente incapaz.
- c) Anulável, pois o negócio jurídico celebrado por Geraldo está eivado pelo vício de lesão.
- d) Válido, pois não há qualquer fator impeditivo para a realização do negócio celebrado por Geraldo.
- e) Anulável, porém, passível de confirmação em razão da simulação.

29. O Código Civil de 2002 estipula um rol de situações nas quais não ocorre a prescrição. Assinale a alternativa que apresenta corretamente uma dessas situações:

- a) Não corre a prescrição: entre os cônjuges, ainda que finda a constância da sociedade conjugal.
- b) Não corre a prescrição: contra os incapazes de que tratam os arts. 3º e 4º.
- c) Não corre a prescrição: entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar.
- d) Não corre a prescrição: contra os ausentes do País em serviço público ou privado, em favor da União, dos Estados, dos Municípios ou empresas nacionais.
- e) Não corre a prescrição: contra os que se acharem servindo nas Forças Armadas, em qualquer tempo.

30. Em se tratando da formação dos contratos, assinale a alternativa que não está de acordo com as disposições do Código Civil de 2002:

- a) Pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva, desde que esta expressamente concorde e nem haja prejuízo a terceiros.
- b) Os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé.
- c) É válida a renúncia à decadência estipulada pela lei.
- d) É lícito às partes estipular contratos atípicos, observadas as normas gerais fixadas no Código.
- e) A liberdade contratual será exercida nos limites da função social do contrato.

### DIREITO EMPRESARIAL

Cadu Carrilho

31. Carlos resolve iniciar a exercer atividade econômica por meio de uma sociedade limitada. Sobre esse tipo societário, marque a opção correta:

- a) a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, sendo que somente pessoa física pode ser sócio desse tipo de sociedade.

- b) a sociedade pode ser constituída por uma ou mais pessoas, se for unipessoal, aplicar-se-ão ao documento de constituição do sócio único, no que couber, as disposições sobre o contrato social.
- c) o capital social divide-se em quotas, sempre iguais, cabendo uma ou diversas a cada sócio.
- d) pela exata estimação de bens conferidos ao capital social responde o sócio que contribuiu com o bem em questão, até o prazo de cinco anos da data do registro da sociedade sendo vedada contribuição que consista em prestação de serviços.
- e) A sociedade limitada rege-se pelas normas da sociedade simples e nas omissões legais poderá ser aplicável regência supletiva da sociedade limitada pelas normas da sociedade anônima.

32. As sociedades podem sofrer mudanças significativas, em função de poderem se reorganizar, essas situações são chamadas de operações societárias, analise os itens e marque a opção correta:

I - A fusão determina a extinção das sociedades que se unem, para formar sociedade nova, que a elas sucederá nos direitos e obrigações.

II - Na incorporação, uma ou várias sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações, devendo todas aprová-la, na forma estabelecida para os respectivos tipos.

III - A transformação é a operação pela qual a sociedade passa, independentemente de dissolução e liquidação, de um tipo para outro.

IV - A cisão é a operação pela qual a companhia transfere parcelas do seu patrimônio para uma ou mais sociedades, constituídas para esse fim ou já existentes, extinguindo-se a companhia cindida, se houver versão de todo o seu patrimônio, não se admitindo versão parcial dessa operação.

- a) I, II e III.
- b) I, III e IV.
- c) II, III e IV.
- d) I, II e IV.
- e) I, II, III e IV.

**33.** Alguns requisitos são exigidos pela lei para que se possa requerer a recuperação judicial, marque a opção que não é um dos requisitos elencados na lei:

- a) exercer regularmente suas atividades há mais de 2 (dois) anos.
- b) não ser falido e, se o foi, estejam declaradas extintas, por sentença transitada em julgado, as responsabilidades daí decorrentes;
- c) não ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial;
- d) não ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial com base no plano especial aplicável às sociedades de economia mista;
- e) não ter sido condenado ou não ter, como administrador ou sócio controlador, pessoa condenada por qualquer dos crimes previstos nesta Lei.

**34.** A falência será decretada quando for caracterizada a insolvência jurídica. A lei determina quais os casos que serão considerados como pressupostos da decretação da falência. Marque a única opção que está corretamente definida como pressuposto legal de insolvência jurídica, de maneira que será decretada a falência do devedor que:

- a) sem relevante razão de direito, não paga, no vencimento, obrigação ilíquida materializada em título ou títulos executivos protestados cuja soma ultrapasse o equivalente a 40 (quarenta) salários-mínimos na data do pedido de falência;
- b) executado por qualquer quantia líquida, paga, deposita ou nomeia à penhora bens suficientes dentro do prazo legal;
- c) transfere estabelecimento a terceiro, credor ou não, ainda que com o consentimento de todos os credores ou sem ficar com bens suficientes para solver seu passivo;
- d) dá ou reforça garantia a credor por dívida contraída posteriormente sem ficar com bens livres e desembaraçados suficientes para saldar seu passivo;
- e) ausenta-se sem deixar representante habilitado e com recursos suficientes para pagar os credores, abandona estabelecimento ou tenta ocultar-se de seu domicílio, do local de sua sede ou de seu principal estabelecimento;

## CONTABILIDADE GERAL

Marcondes Fortaleza

**35.** A Cia. MAVIFOR adquiriu, em 31/12/2018, um equipamento por R\$ 420.000,00, para pagamento em 2 anos. Se tivesse efetuado o pagamento à vista o valor teria sido R\$ 400.000,00.

Na data da aquisição, a Cia. estimou a vida útil do equipamento em 10 anos e o valor residual em R\$ 15.000,00.

Em 1/1/2020, a empresa reavaliou a vida útil do equipamento e determinou que a vida útil remanescente era 5 anos e o valor residual era R\$ 15.000,00.

Sabendo-se que o equipamento foi depreciado pelo método da soma dos dígitos, seu valor contábil evidenciado no Balanço Patrimonial da Cia. MAVIFOR, em 31/12/2020, foi, em reais,

- a) 210.000,00.
- b) 225.000,00.
- c) 230.000,00.
- d) 245.000,00.
- e) 250.000,00.

**36.** Cobre o CPC 27, que trata do Ativo Imobilizado, marque a assertiva incorreta:

- a) Sobressalentes, peças de reposição, ferramentas e equipamentos de uso interno são classificados como ativo imobilizado quando a entidade espera usá-los por mais de um período. Da mesma forma, se puderem ser utilizados somente em conexão com itens do ativo imobilizado, também são contabilizados como ativo imobilizado.
- b) Após o reconhecimento como um ativo, o item do ativo imobilizado cujo valor justo possa ser mensurado confiavelmente pode ser apresentado, se permitido por lei, pelo seu valor reavaliado, correspondente ao seu valor justo à data da reavaliação menos qualquer depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas subsequentes.
- c) O custo de um item de ativo imobilizado é equivalente ao preço à vista na data do reconhecimento. Se o prazo de pagamento excede os prazos normais de crédito, a diferença entre o preço equivalente à vista e o total dos pagamentos deve ser reconhecida como receita com juros durante o período.
- d) É possível um terreno ter vida útil limitada e, assim, ser depreciado.
- e) O reconhecimento dos custos no valor contábil de um item do ativo imobilizado cessa quando o item está no local e nas condições operacionais pretendidas pela administração.

**37.** A Companhia MAVIFOR adquiriu para revenda mercadorias no valor de R\$ 5.000,00 no dia 22 de julho de 2020. Os impostos recuperáveis sobre a compra perfazem o total de R\$ 900,00. Sobre essa compra, a Companhia MAVIFOR também pagou frete de R\$ 100,00 com impostos recuperáveis de R\$ 20,00 e seguros no valor de R\$ 25,00.

A empresa vendeu 40% das mercadorias adquiridas no período por R\$ 3.000,00.

Na venda, foi dado um desconto de 10% porque o pagamento foi à vista.

Houve, ainda, a incidência de 18% de tributos sobre a venda.

É correto afirmar que o valor do Resultado Operacional Bruto foi de:

- a) lucro de R\$ 478,00
- b) lucro de R\$ 214,00
- c) lucro de R\$ 778,00
- d) prejuízo de R\$ 1.991,00
- e) lucro de R\$ 532,00

**38.** A empresa MAVIFOR S.A. apresentou, em 31 de dezembro de 2019, o total do Patrimônio Líquido no valor de R\$ 100.000,00. Durante o ano de 2020, a empresa apresentou as seguintes movimentações no seu Patrimônio Líquido:

- Integralização de capital em dinheiro R\$10.000,00
- Aumento de capital com reservas R\$ 2.000,00
- Lucro Líquido do Período R\$ 40.000,00
- Constituição de reserva legal R\$ 2.000,00
- Reversão de reserva para contingência R\$ 500,00
- Destinação do lucro para dividendos obrigatórios R\$ 20.000,00
- Registro de dividendos adicionais propostos R\$ 16.500,00
- Aquisição de ações em tesouraria R\$ 5.000,00

O total do Patrimônio Líquido da empresa MAVIFOR S.A. em 31 de dezembro de 2020 foi de:

- a) R\$ 125.000,00.
- b) R\$ 135.000,00.
- c) R\$ 120.000,00.
- d) R\$ 130.000,00.
- e) R\$ 125.500,00.

39. A partir do que dispõe a NBC TG 26 (R5), que trata da apresentação das demonstrações contábeis, marque V para verdadeiro ou F para falso de acordo com as disposições da referida norma.

( ) O passivo é classificado como não circulante se o credor tiver concordado, até a data do balanço, em proporcionar uma dilação de prazo a terminar pelo menos doze meses após a data do balanço, dentro do qual a entidade pode retificar a quebra de covenant contratual (reenquadramento nos índices de endividamento e cobertura de juros, por exemplo,) e durante o qual o credor não pode exigir a liquidação imediata do passivo em questão.

( ) A entidade deve apresentar análise das despesas utilizando uma classificação baseada na sua natureza, se permitida legalmente, ou na sua função dentro da entidade, devendo eleger o critério que proporcionar informação confiável e mais relevante, obedecidas as determinações legais.

( ) As notas explicativas que proporcionam informação acerca da base para a elaboração das demonstrações contábeis e as políticas contábeis específicas podem ser apresentadas como seção separada das demonstrações contábeis.

( ) Ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros classificados como para negociação sempre deverão ser apresentados em base líquida.

A sequência está correta em

- a) V, F, F, V.
- b) V, V, V, F.
- c) V, F, V, V.
- d) V, V, V, V.
- e) F, F, F, F.

40. A empresa MAVIFOR possuía as seguintes contas com os respectivos saldos em 30/12/2019: Duplicatas a Receber de Clientes: R\$ 300.000,00; Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa: R\$ 5.000,00; Caixa e Equivalentes de Caixa: R\$ 55.000,00; Contas a Pagar: R\$ 50.000,00 e Patrimônio Líquido: R\$ 300.000,00. No entanto, antes do encerramento do período, a empresa realizou as seguintes transações em 31/12/2019:

- Desconto de uma duplicata de R\$ 10.000,00, 30 dias antes do vencimento, com taxa de desconto comercial de 5% ao mês.

- Reconhecimento da estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa. A empresa possui conhecimento de que 3% dos seus clientes nunca pagam suas dívidas.

- Recebimento de um adiantamento do cliente Pedro no valor de R\$ 7.000,00.

- Alienação de Bônus de Subscrição no valor de R\$ 6.000

Ao elaborar o balanço patrimonial de 31/12/2019, o total do patrimônio bruto e o valor do capital próprio da empresa MAVIFOR eram, respectivamente, em reais,

- a) 369.000,00 e 92.000,00.
- b) 363.500,00 e 297.000,00.
- c) 368.500,00 e 91.500,00.
- d) 368.500,00 e 302.000,00.
- e) 369.000,00 e 92.000,00.

**DIREITO FINANCEIRO**

Luciana Marinho

**41.** A Lei Complementar nº 101/2000 “Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal...”. Com base nas disposições preliminares desta legislação,

- a) As disposições desta Lei obrigam apenas a União, os Estados e o Distrito Federal.
- b) Empresa estatal dependente é a sociedade cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a ente da Federação.
- c) Empresa controlada é a empresa que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.
- d) A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos doze anteriores, excluídas as duplicidades.
- e) A receita corrente líquida de Santa Catarina é deduzida pelas parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional.

**42.** Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, cabe à Lei de Diretrizes Orçamentárias dispor ou conter, exceto:

- a) Critérios e forma de limitação de empenho
- b) Normas relativas à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos
- c) Reserva de contingência
- d) Exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas
- e) Equilíbrio entre receitas e despesas

**43.** A Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101/2000 – impõe, em seu artigo 22, uma série de medidas restritivas para os Poderes e órgãos que ultrapassarem o chamado “limite prudencial”, correspondente a 95% dos limites máximos de despesas de pessoal, constantes dos artigos 19 e 20 do mesmo diploma, calculados em percentuais da receita corrente líquida dos respectivos entes políticos. Dessa forma, são vedados ao Poder ou Órgão incorrido no excesso, exceto:

- a) Revisão geral anual da remuneração e do subsídio dos agentes públicos.
- b) Criação de cargo ou emprego
- c) Alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa
- d) Provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança
- e) Criação de função

**44.** Considere as afirmativas a seguir sobre o Orçamento Público no Brasil.

- I. Todas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.
- II. É classificada como inversão financeira a constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.
- III. O superavit do Orçamento Corrente resultante do balanceamento dos totais das receitas e despesas correntes constituirá item de receita orçamentária.

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, está correto o que se afirma APENAS em

- a) I
- b) II
- c) III
- d) I e II
- e) I e III

45. No que se refere às regras estabelecidas na Lei nº 4.320/1964, tem-se que

- a) A abertura dos créditos especiais e extraordinários depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa
- b) Constitui unidade orçamentária o agrupamento de serviços subordinados ao mesmo órgão ou repartição a que serão consignadas dotações próprias.
- c) Jamais poderão ser consignadas dotações a unidades administrativas subordinadas ao mesmo órgão.
- d) Para efeito de classificação da despesa, considera-se material permanente o de duração superior a um ano.
- e) É possível admitir emendas ao projeto de Lei de Orçamento que vise conceder dotação para o início de obra cujo projeto não esteja aprovado pelos órgãos competentes

#### **DIREITO TRIBUTÁRIO**

Fábio Dutra

46. A respeito dos empréstimos compulsórios, assinale a alternativa errada:

- a) É considerado tributo pelo STF.
- b) Deve ser instituído apenas por lei complementar, não cabendo medida provisória.
- c) A competência para sua instituição é exclusiva da União.
- d) Pode ser instituído em caso despesas extraordinárias, decorrentes de guerra externa ou sua iminência.
- e) É um tributo de arrecadação não vinculada.

47. Acerca das limitações ao poder de tributar, previstas na Constituição da República Federativa do Brasil (CF/88), assinale a alternativa incorreta:

- a) A lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços;
- b) Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições,

só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição;

- c) É vedado à União tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como a remuneração e os proventos dos respectivos agentes públicos, em níveis inferiores aos que fixar para suas obrigações e para seus agentes;
- d) É vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino;
- e) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.

48. João Paulo é sujeito passivo de um imposto cuja lei estabeleceu que cabe aos contribuintes efetuarem o pagamento antecipado sem o prévio exame da autoridade fiscal. Adicionalmente, a legislação também prevê a apresentação de uma declaração pelos contribuintes desse imposto. João Paulo descumpriu tais obrigações, o que levou a autoridade fiscal a realizar um procedimento de fiscalização, e ao final, constituir o crédito tributário. Aponte a alternativa que indica a modalidade de lançamento realizado pela autoridade fiscal neste caso:

- a) Lançamento por declaração;
- b) Lançamento por homologação;
- c) Lançamento por arbitramento;
- d) Lançamento por evidências;
- e) Lançamento de ofício.

49. Em relação à moratória, aponte a alternativa correta:

- a) a moratória é considerada hipótese de exclusão do crédito tributário;
- b) a moratória pode ser concedida em caráter geral ou individual;
- c) A lei concessiva de moratória não pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade à determinada região do território da pessoa jurídica de direito público que a expedir;
- d) A moratória somente abrange os créditos definitivamente constituídos à data da lei ou do despacho que a conceder, não se aplicando àqueles cujo lançamento já tenha sido iniciado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.
- e) A moratória e o parcelamento não se confundem, razão pela qual as regras da moratória não se aplicam subsidiariamente ao parcelamento.

50. Constitui exceção ao princípio da anterioridade nonagesimal:

- a) a majoração da alíquota do ITBI.
- b) a majoração da base de cálculo do IPTU.
- c) a majoração da alíquota do IPTU.
- d) A majoração da base de cálculo do ITBI.
- e) A majoração da alíquota do ISS.

### **DIREITO PROCESSUAL TRIBUTÁRIO**

Rafael Rocha

51. Assinale a opção que contém apenas ações de iniciativa do sujeito passivo:

- a) Exceção de pré-executividade, ação declaratória e medida cautelar fiscal.
- b) Ação de consignação em pagamento, embargos à execução e mandado de segurança.
- c) Ação de execução fiscal, ação anulatória e ação de repetição de indébito tributário.
- d) Medida cautelar fiscal, embargos à execução e mandado de segurança.
- e) Ação de consignação em pagamento, ação declaratória e ação de execução fiscal.

52. De acordo com o entendimento jurisprudencial, pode-se afirmar que a inscrição do débito em dívida ativa:

- a) suspende o prazo prescricional por 180 dias, qualquer que seja a natureza da dívida.
- b) suspende o prazo prescricional por 90 dias, qualquer que seja a natureza da dívida.
- c) suspende o prazo prescricional por 180 dias, desde que se trate de dívida tributária.
- d) suspende o prazo prescricional por 180 dias, desde que se trate de dívida não tributária.
- e) não suspende o prazo prescricional.

53. Acerca da repetição de indébito, assinale a assertiva incorreta:

- a) O sujeito passivo tem direito, mediante prévio protesto, à restituição total ou parcial do tributo, qualquer que seja a modalidade do seu pagamento, caso haja erro na edificação do sujeito passivo.
- b) A restituição vence juros não capitalizáveis, a partir do trânsito em julgado da decisão definitiva que a determinar.
- c) Prescreve em dois anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição.
- d) A restituição total ou parcial do tributo dá lugar à restituição, na mesma proporção, dos juros de mora e das penalidades pecuniárias, salvo as referentes a infrações de caráter formal não prejudicadas pela causa da restituição.
- e) A perda ou destruição da estampilha, no caso de pagamento por esta modalidade, não dão direito a restituição, salvo disposição da legislação tributária em contrário.

**54.** Suponha a seguinte situação: João é Procurador do Estado de SC. Seu primo, Márcio, é sócio de uma empresa contra a qual foi emitida uma notificação fiscal exigindo, de ofício, um valor de ICMS não recolhido. O filho de Márcio, Paulo, também é sócio de uma empresa que foi autuada pelo Fisco catarinense. Ambas as notificações fiscais encontram-se em julgamento na 2ª instância. Considerando o que dispõe a legislação do TAT/SC, assinale a opção correta:

- a) João poderá para participar da sessão de julgamento dos processos envolvendo Márcio e Paulo, pois não há previsão de impedimento para os Procuradores do Estado, mas, apenas, para os Julgadores das instâncias do TAT/SC.
- b) João não poderá participar da sessão de julgamento de nenhum dos casos.
- c) João só poderá para participar da sessão de julgamento do processo envolvendo Paulo.
- d) João só poderá participar da sessão de julgamento de ambos os casos, se não proferir voto.
- e) João só poderá para participar da sessão de julgamento do processo envolvendo Márcio.

**55.** Na segunda instância do TAT/SC, pode-se afirmar que as sessões ordinárias da segunda Câmara serão realizadas:

- a) às segundas-feiras.
- b) às terças-feiras.
- c) às quartas-feiras.
- d) às quintas-feiras.
- e) às sextas-feiras.

**56.** De acordo com a legislação do TAT/SC, a ordem dos processos indicada na pauta pode ser alterada, para dar preferência:

- a) aos processos assinalados com pedido de urgência pela Presidência do Tribunal.
- b) aos processos de maior valor.
- c) aos processos mais antigos.
- d) a pedido do contribuinte ou seu representante, presente à sessão.
- e) aos processos em que não ocorra sustentação oral.

**57.** De acordo com a Portaria SEF 226/01, pode-se afirmar que COPAT reunir-se-á:

- a) ordinariamente, uma vez por semana e, extraordinariamente, por convocação de seu Presidente, tantas vezes quantas forem necessárias.
- b) ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, por convocação de seu Presidente, tantas vezes quantas forem necessárias.
- c) ordinariamente, uma vez por semana e, extraordinariamente, uma vez por mês.
- d) ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, uma vez ao ano.
- e) ordinariamente, uma vez por semana e, extraordinariamente, uma vez ao ano.

**58.** De acordo com a Portaria SEF 226/01, será submetida a procedimento sumário a consulta que versar exclusivamente sobre:

- a) concessão de crédito presumido.
- b) concessão de isenção fiscal.
- c) redução de base de cálculo.
- d) situações de estorno de crédito de ICMS.
- e) sujeição ou não de mercadorias ao regime de substituição tributária nas operações subsequentes.

**59.** Acerca do mandado de segurança, pode-se afirmar que:

- a) ele não será concedido quando se tratar de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, desde que seja prestada caução.
- b) ele não será concedido quando se tratar de decisão judicial da qual caiba qualquer recurso.
- c) deferida a medida liminar, o processo terá prioridade para julgamento.
- d) o direito de requerer mandado de segurança extinguir-se-á decorridos 90 (noventa) dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.
- e) Constitui crime de desacato, o não cumprimento das decisões proferidas em mandado de segurança.

**60.** Dívida Ativa da União será apurada e inscrita na:

- a) Secretaria do Tesouro Nacional.
- b) Receita Federal do Brasil.
- c) Secretaria da Fazenda.
- d) Procuradoria da Fazenda Nacional.
- e) Controladoria-Geral da União.

**61.** Acerca dos Julgadores de Processos Fiscais, marque a alternativa correta:

- a) serão escolhidos entre servidores da carreira de AFRE, nível IV, de ilibada reputação e reconhecido saber jurídico-tributário.
- b) deverão possuir formação superior em Direito.
- c) serão, no máximo, 10.
- d) ficarão impedidos por 2 anos, para serem novamente designados julgadores, caso descumpram as metas de produtividade.
- e) decidirão por meio de colegiado.

**62.** O pedido de esclarecimento deverá ser apresentado no prazo de:

- a) 5 dias.
- b) 10 dias.
- c) 15 dias.
- d) 30 dias.
- e) 180 dias.

**63.** Expedir as certidões a serem firmadas pelo Presidente do TAT/SC é uma função que cabe à:

- a) Supervisão de Tramitação de Processos.
- b) Assistência Técnica.
- c) Supervisão de Apoio Operacional.
- d) Supervisão de Controle Processual.
- e) Supervisão de Expediente e Pessoal.

**64.** O direito de pleitear a restituição extingue-se após:

- a) 5 anos contados da ocorrência do fato gerador.
- b) 5 anos contados do primeiro dia do exercício seguinte.
- c) 5 anos contados da data da extinção do crédito tributário.
- d) 10 anos contados da ocorrência do fato gerador, em se tratando de tributos sujeitos ao autolançamento.
- e) 10 anos contados do pagamento antecipado, em se tratando de tributos sujeitos ao autolançamento.

**65.** Com base na jurisprudência do STJ e do STF sobre o processo judicial tributário, assinale a opção incorreta:

- a) em ações de execução fiscal, é desnecessária a instrução da petição inicial com o demonstrativo de cálculo do débito, por tratar-se de requisito não previsto no art. 6º da Lei n. 6.830/1980.
- b) em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição quinquenal intercorrente.
- c) em ações de execução fiscal, a petição inicial não pode ser indeferida sob o argumento da falta de indicação do CPF e/ou RG ou CNPJ da parte executada.
- d) denegado o mandado de segurança pela sentença, ou no julgamento do agravo, dela interposto, fica sem efeito a liminar concedida, retroagindo os efeitos da decisão contrária.
- e) presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, em qualquer caso, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.

**LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

Eduardo da Rocha

**66.** Acerca do pagamento do ITCMD, assinale a opção incorreta:

- a) O imposto, inclusive a primeira parcela de imposto parcelado, deve ser pago no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do envio da DIEF-ITCMD.
- b) Caso seja apurado imposto complementar a ser recolhido, o prazo para seu pagamento será contado a partir da data da remessa da DIEF-ITCMD retificadora.
- c) Os juros de mora incidirão a partir do primeiro dia do mês subsequente ao do vencimento.
- d) O percentual dos juros de mora relativos ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado será de um por cento.
- e) Via de regra, o ITCMD pago fora do prazo será acrescido de juros de mora equivalentes à SELIC.

**67.** O recolhimento do imposto fora do prazo regulamentar, no caso de exigência de ofício, será efetuado com o acréscimo de multa no percentual de:

- a) 0,3% (três décimos por cento) ao dia até o limite de 20% (vinte por cento).
- b) 20%
- c) 50%.
- d) 75%.
- e) 100%.

**68.** Considere a seguinte situação hipotética:

Paulo, morador de Florianópolis/SC, decide doar a seu irmão, José, domiciliado no Rio de Janeiro/RJ o usufruto relativo a uma casa no valor de R\$ 1.000.000,00, localizada no Distrito Federal. Nesse caso, pode-se afirmar que:

- a) o ITCMD devido é no valor de R\$ 80.000,00.
- b) o ITCMD devido é no valor de R\$ 65.600,00.
- c) José será o contribuinte do ITCMD para o Estado de SC.
- d) O ITCMD será devido a SC, em razão de o doador ser domiciliado no Estado.
- e) Nenhuma das anteriores.

**69.** O prazo para interposição de recurso ordinário, pelo sujeito passivo, é de:

- a) 5 dias.
- b) 10 dias.
- c) 15 dias.
- d) 20 dias.
- e) 30 dias.

**70.** O juízo de admissibilidade do recurso especial, no PAT, é de competência do:

- a) Julgador de Processos Fiscais.
- b) Conselheiro relator.
- c) Secretário de Fazenda.
- d) Vice-Presidente do TAT/SC.
- e) Presidente do TAT/SC.

**71.** Com base na lei complementar 313/05 – Código de Direitos e Obrigações dos Contribuintes –, pode-se dizer que o contribuinte tem direito a receber resposta fundamentada a pleito formulado à Administração Tributária no prazo de:

- a) 5 dias úteis.
- b) 15 dias.
- c) 30 dias.
- d) 90 dias.
- e) 180 dias.

**72.** Acerca do Pedido de Esclarecimento, assinale a opção incorreta:

- a) Ele é dirigido ao conselheiro redator do acórdão.
- b) Ele suspende o prazo para a interposição do recurso especial.
- c) Ele deve ser interposto no prazo de 5 dias.
- d) Ele possui efeito suspensivo.
- e) Ele não será conhecido quando visar o reexame da matéria objeto do recurso ordinário.

**73.** Com base na legislação que rege o PAT no estado de Santa Catarina, pode-se afirmar que o prazo para cumprimento das decisões proferidas em primeira ou segunda instâncias, contado da data em que se considerar efetuada a intimação do sujeito passivo, é de:

- a) 5 dias.
- b) 10 dias.
- c) 15 dias.
- d) 20 dias.
- e) 30 dias.

**74.** De acordo com Regulamento do Imposto sobre a propriedade de veículos automotores, instituído pelo Decreto 2.993/1989, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta:

I. O imposto sobre a propriedade de veículos automotores tem como fato gerador a propriedade, desde que plena, de veículos automotores de qualquer espécie.

II. É responsável do IPVA a empresa detentora da propriedade, no caso de veículo cedido pelo regime de arrendamento mercantil.

III. São subsidiariamente responsáveis pelo pagamento do imposto e dos acréscimos devidos as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal.

- a) Estão corretos os itens I e II, apenas.
- b) Estão corretos os itens II e III, apenas.
- c) Todos os itens estão corretos.
- d) Está correto o item II, apenas.
- e) Está correto o item III, apenas.

**75.** De acordo com a lei 7.543/88, que institui o Imposto sobre a propriedade de veículos automotores, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta:

I. Considera-se ocorrido o fato gerador no dia 1º de janeiro de cada ano, em relação a veículos novos.

II. Considera-se ocorrido o fato gerador relativamente a veículo de propriedade de empresa locadora na data em que vier a ser locado ou colocado à disposição para locação no território de Santa Catarina, em se

tratando de veículo registrado anteriormente em outro Estado.

III. Na hipótese de chassi ainda não encarroçado, considera-se ocorrido o fato gerador no momento da saída, do estabelecimento industrializador, do conjunto formado pela carroceria acoplada ao respectivo chassi.

- a) Estão corretos os itens I e III, apenas.
- b) Estão corretos os itens II e III, apenas.
- c) Todos os itens estão corretos.
- d) Está correto o item I, apenas.
- e) Está correto o item III, apenas.

**76.** De acordo com a legislação do IPVA de SC, a alíquota incidente sobre veículos utilitários nacionais e estrangeiros é de:

- a) 1% e 2%.
- b) 2% e 2%.
- c) 0,5% e 2%.
- d) 2% e 1%.
- e) 0,5% e 0,5%

**77.** Acerca das isenções do IPVA na lei 7.543/88 do Estado de Santa Catarina, julgue os itens a seguir e assinale a opção correta.

I. É isenta a propriedade de ambulância, desde que de entidades sem fins lucrativos ou órgãos estatais.

II. É isenta a propriedade de embarcações destinadas à pesca, utilizadas por pescadores artesanais, mas não pela indústria pesqueira.

III. É isenta a propriedade de táxis, dotado ou não de taxímetro, destinado ao transporte público de passageiros.

- a) Estão corretos os itens I e III, apenas.
- b) Estão corretos os itens II e III, apenas.
- c) Todos os itens estão corretos.
- d) Está correto o item I, apenas.
- e) Está correto o item III, apenas.

**78.** Acerca do IPVA, assinale a alternativa incorreta.

- a) O comprovante do pagamento do IPVA é vinculado ao proprietário e, no caso de sua alienação, será transferido ao novo proprietário, para efeito de registro ou averbação no órgão competente.
- b) No ano de transferência para o Estado de Santa Catarina, de veículo regularizado em outra unidade da Federação, não será exigido novo pagamento do imposto, passando-se a exigi-lo a partir do exercício seguinte
- c) O veículo registrado no Estado de Santa Catarina na data de ocorrência do fato gerador do IPVA somente poderá ser transferido mediante o pagamento integral do imposto e dos acréscimos legais correspondentes ao exercício em curso e aos anteriores.
- d) O pagamento do IPVA exclui a incidência de taxa ou imposto incidente sobre a utilização de veículos automotores.
- e) No caso de aquisição de veículo automotor, novo ou usado, o proprietário deverá regularizar a transferência junto ao órgão oficial competente e junto à Secretaria de Estado da Fazenda, no prazo de 30 dias, contados da data da transmissão da propriedade.

**79.** De acordo a lei 7.541/08, que trata sobre taxas, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta.

- I. São isentos de taxa de serviços gerais os atos judiciais de qualquer natureza.
  - II. A taxa de serviços gerais será recolhida até a data em que deva ser requerida o serviço ou atividade, quando esta ao aquele estiver sujeito a prazo certo.
  - III. A falta de recolhimento da taxa sujeita o infrator a multa de 90% do valor da taxa.
- a) Estão corretos os itens I e II, apenas.
  - b) Estão corretos os itens II e III, apenas.
  - c) Todos os itens estão corretos.
  - d) Está correto o item I, apenas.
  - e) Está correto o item III, apenas.

**80.** De acordo com a lei 10.297/96, se considera fato gerador do imposto:

- a) a entrada de bem ou mercadoria importados do exterior, desde que por pessoa jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a finalidade
- b) o fornecimento de mercadorias com prestação de serviços compreendidos na competência tributária dos Municípios.
- c) a disponibilização de bens digitais, tais como softwares, programas, jogos eletrônicos, aplicativos, arquivos eletrônicos e congêneres, mediante transferência eletrônica de dados e quando se caracterizarem mercadorias.
- d) o recebimento de mercadorias, destinadas a consumo ou integração ao ativo permanente, oriundas de outra unidade da Federação ou do Estado de Santa Catarina.
- e) sobre a entrada, no território do Estado, em operação interestadual, de petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e de energia elétrica, quando destinados à comercialização ou à industrialização.

**81.** De acordo com a lei 10.297/96, assinale a alternativa incorreta.

- a) A caracterização do fato gerador independe da natureza jurídica da operação que o constitua.
- b) Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no momento da saída de mercadoria de estabelecimento de contribuinte, ainda que para outro estabelecimento do mesmo titular.
- c) Considera-se também ocorrido o fato gerador no consumo, ou na integração ao ativo permanente, de mercadoria oriunda de outra Unidade da Federação, adquirida para comercialização ou industrialização.
- d) Na hipótese de entrega de mercadoria ou bem importados do exterior antes do desembaraço aduaneiro, considera-se ocorrido o fato gerador neste momento, devendo a autoridade responsável, salvo disposição em contrário no regulamento, exigir a comprovação do pagamento do imposto.
- e) Considera-se ocorrido o fato gerador na entrada do estabelecimento adquirente de mercadoria na aquisição em licitação pública de mercadorias ou bens importados do exterior e apreendidos ou abandonados.

**82.** De acordo a legislação do ICMS catarinense, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta:

I. O imposto não incide sobre operações interestaduais relativas à energia elétrica e petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, quando não destinados à industrialização ou à comercialização.

II. O ICMS não incide nas operações relativas a mercadorias que tenham sido ou que se destinem a ser utilizadas na prestação, pelo próprio autor da saída, de serviço de qualquer natureza definido em lei complementar como sujeito ao imposto sobre serviços, de competência dos Municípios, ressalvadas as hipóteses previstas na mesma lei complementar.

III. Tendo em vista a circulação jurídica, incide ICMS sobre operações de qualquer natureza de que decorra a transferência de propriedade de estabelecimento industrial, comercial ou de outra espécie.

IV. Não incide ICMS sobre operações de arrendamento mercantil, não compreendida a venda do bem arrendado ao arrendatário.

- a) Há quatro itens corretos.
- b) Há três itens corretos.
- c) Há dois itens corretos.
- d) Há um item correto.
- e) nenhum item está correto.

**83.** Acerca do ICMS e de acordo com a legislação tributária do Estado de Santa Catarina, julgue os itens e assinale a opção correta.

I. O local da operação ou da prestação, para os efeitos da cobrança do imposto e definição do estabelecimento responsável, é, tratando-se de mercadoria ou bem, onde se encontre, quando em situação irregular pela falta de documentação fiscal ou quando acompanhado de documentação inidônea, como dispuser a legislação tributária.

II. O local da operação ou da prestação, para os efeitos da cobrança do imposto e definição do estabelecimento responsável, é, tratando-se de mercadoria ou bem importado do exterior, o do domicílio do adquirente, quando não estabelecido.

III. Estabelecimento é o local, privado ou público, edificado ou não, próprio ou de terceiro, onde pessoas físicas ou jurídicas exerçam suas atividades em caráter temporário ou permanente, bem como onde se encontrem armazenadas mercadorias.

- a) Estão corretos os itens I e II, apenas.
- b) Estão corretos os itens II e III, apenas.
- c) Todos os itens estão corretos.
- d) Está correto o item I, apenas.
- e) Está correto o item III, apenas.

**84.** Acerca da base de cálculo do ICMS e de acordo com a legislação tributária do Estado de Santa Catarina, julgue os itens abaixo no que tange à sujeição passiva e assinale a opção correta.

I. São responsáveis pelo pagamento do imposto devido e acréscimos legais, os transportadores em relação às mercadorias que faltarem ou excederem às quantidades descritas no documento fiscal, quando a comprovação for impossível sem a violação dos volumes transportados.

II. São responsáveis pelo pagamento do imposto devido e acréscimos legais, de forma supletiva, os encarregados pelos estabelecimentos dos órgãos da administração pública, entidades da administração indireta e fundações instituídas e mantidas pelo poder público que autorizarem a saída ou alienação de mercadorias ou a prestação de serviços de transporte ou de comunicação.

III. É também contribuinte a pessoa física ou jurídica que, mesmo sem habitualidade ou intuito comercial, seja destinatária de serviço prestado no exterior ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior.

- a) Somente o item II está correto.
- b) Somente os itens II e III estão corretos.
- c) Somente os itens I e III estão corretos.
- d) Todos os itens estão corretos.
- e) Todos os itens estão incorretos.

**85.** Segundo o art. 18 da lei 10.297/96, sempre que forem omissos ou não mereçam fé as declarações ou os esclarecimentos prestados, ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro legalmente obrigado, a base de cálculo do imposto será arbitrada pela autoridade fiscal, na forma prevista no regulamento. Sobre o tema julgue os itens abaixo e assinale a opção correta.

I. Fica assegurada ao contribuinte, em reclamação administrativa, avaliação contraditória do valor arbitrado.

II. Não se permite a utilização de pauta fiscal no arbitramento.

III. Para o arbitramento, a autoridade fiscal valer-se-á dos elementos e dados que possa colher junto ao próprio sujeito passivo, não se permitindo se valor de dados referentes a contribuintes que promovam operações ou prestações semelhantes.

a) Somente o item III está correto.

b) Somente os itens I e III estão corretos.

c) Somente o item I está correto.

d) Todos os itens estão corretos.

e) Todos os itens estão incorretos.

**86.** De acordo com a lei 10.297/96, a alíquota interna nas operações de fornecimento de comida em restaurantes é de

a) 12%

b) 17%

c) 25%

d) 7%

e) 18%

**87.** Acerca do crédito relativo ao ativo permanente, assinale a opção incorreta.

a) a apropriação será feita sempre à razão de um quarenta e oito avos por mês, devendo a primeira fração ser apropriada no mês em que ocorrer a entrada no estabelecimento.

b) na hipótese de alienação dos bens do ativo permanente, antes de decorrido o prazo de quatro anos contado da data da sua entrada no estabelecimento, não será admitido, a partir da data da alienação, o creditamento em relação à fração que corresponderia ao restante do quadriênio.

c) ao final do quadragésimo oitavo mês contado da data da entrada do bem no estabelecimento, o saldo remanescente do crédito será cancelado.

d) em cada período de apuração do imposto, não será admitido o creditamento em relação à proporção das operações de saídas ou prestações isentas ou não tributadas sobre o total das operações de saídas ou prestações efetuadas no mesmo período.

a) serão objeto de outro lançamento, além do lançamento em conjunto com os demais créditos, em livro próprio ou de outra forma que a legislação determinar.

**88.** Acerca do crédito do ICMS previsto na legislação catarinense, assinale a opção que não representa uma situação que enseja o estorno de crédito.

a) quando a mercadoria entrada no estabelecimento for objeto de saída ou prestação de serviço isenta ou não-tributada, sendo esta circunstância imprevisível na data da entrada da mercadoria ou da utilização do serviço.

b) quando a mercadoria entrada no estabelecimento vier a ser utilizada enfim alheio à atividade do estabelecimento.

c) quando a mercadoria entrada no estabelecimento for integrada ou consumida em processo de industrialização, quando a saída do produto resultante for isenta ou não-tributada, sendo esta circunstância imprevisível por ocasião da sua entrada.

d) quando a mercadoria entrada no estabelecimento der posterior saída com alíquota inferior a de entrada.

e) quando a mercadoria entrada no estabelecimento vier a perecer, deteriorar-se ou extraviar-se.

**89.** O ICMS a recolher será apurado mensalmente, pelo confronto entre os débitos e os créditos escriturados durante o mês, em cada estabelecimento do sujeito passivo. Poderá ter a apuração realizada em período diferente do mês, exceto:

- a) bebidas.
- b) cigarros.
- c) combustíveis derivados do petróleo.
- d) combustíveis não derivados do petróleo.
- e) Todos os itens estão corretos.

**90.** No que tange à substituição tributária, julgue os itens e assinale a opção correta:

I. Fica atribuída a qualquer estabelecimento no Estado que receber mercadoria de outra unidade da Federação, sujeita ao regime de substituição tributária, a responsabilidade pelo imposto devido nas operações subsequentes, na hipótese do remetente não estar obrigado à retenção do imposto.

II. A base de cálculo, para fins de substituição tributária, será em relação às operações ou prestações antecedentes ou concomitantes, o valor da operação ou prestação praticado pelo contribuinte substituído, acrescido de uma margem de valor agregado, inclusive o lucro.

III. Tratando-se de mercadoria ou serviço cujo preço final a consumidor, único ou máximo, seja fixado por órgão público competente, a base de cálculo do imposto, para fins de substituição tributária, é o referido preço por ele estabelecido.

- a) Está correto o item I, apenas.
- b) Está correto o item III, apenas.
- c) Estão corretos os itens I e II, apenas.
- d) Estão corretos os itens I e III, apenas.
- e) Todos os itens estão corretos.

**91.** De acordo com a lei do ICMS de Santa Catarina, julgue os itens abaixo e assinale a opção correta.

I. Presumir-se-á operação ou prestação tributável não registrada, quando se constatar diferença apurada mediante controle quantitativo de mercadorias, assim entendido o confronto entre a quantidade de unidades estocadas e as quantidades de entradas e de saídas.

II. Constitui infração toda ação ou omissão que importe descumprimento de obrigação tributária, principal ou acessória, prevista na legislação

III. Para caracterização das infrações previstas neste Capítulo é irrelevante a intenção do agente ou o efeito econômico ou tributário do ato ou omissão.

- a) Está correto o item II, apenas.
- b) Está correto o item I, apenas.
- c) Estão corretos os itens II e III, apenas.
- d) Estão corretos os itens I e III, apenas.
- e) Todos os itens estão corretos.

**92.** Em caso de reincidência de infração à legislação a multa prevista na lei 10.297/96 serão majoradas em:

- a) 100%.
- b) 90%.
- c) 70%.
- d) 60%.
- e) 50%.

**93.** De acordo com o RICMS-SC, o livro Fiscal em que são registrados os totais, extraídos dos livros próprios, das operações com mercadorias e das prestações de serviços, agrupadas segundo o CFOP, se chama

- a) ECF
- b) RAICMS
- c) Livro Registro de Inventário
- d) AIDF
- e) RUDFTO

**94.** Compõe-se da totalidade das informações, em meio digital, necessárias à apuração do imposto referente às operações e prestações praticadas pelo contribuinte, bem como outras de interesse da Secretaria de Estado da Fazenda e da Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB:

- a) EFD.
- b) SPED.
- c) DANFE.
- d) CT-e.
- e) MDF-e.

**95.** O contribuinte poderá alterar a Escrituração Fiscal Digital, independentemente de autorização da Administração Tributária até o :

- a) 15º dia do mês subsequente ao da apuração do imposto.
- b) 22º dia do mês subsequente ao da apuração do imposto.
- c) 5º dia do mês subsequente ao da apuração do imposto.
- d) 20º dia do mês subsequente ao da apuração do imposto.
- e) 12º dia do mês subsequente ao da apuração do imposto.

**96.** a Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (NFC-e), modelo 65, poderá ser utilizada pelos contribuintes do ICMS em substituição:

- a) à Nota Fiscal de Venda a Consumidor, modelo 2, apenas.
- b) ao Cupom Fiscal emitido por equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF), apenas.
- c) ao DANFE, apenas.
- d) ao DANFE, à Nota Fiscal de Venda a Consumidor, modelo 2, e ao Cupom Fiscal emitido por equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF).
- e) à Nota Fiscal de Venda a Consumidor, modelo 2, e ao Cupom Fiscal emitido por equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF), apenas.

**97.** Acerca do instituto da consulta tributária, julgue os itens abaixo e assinale a opção correta.

- I. Em regra, a resposta da consulta atende apenas a quem a formulou.
  - II. Pode a consulta ser aplica a todos os contribuintes, caos esta seja considerada de matéria relevante e de interesse geral.
  - III. A consulta pode versar sobre lei em tese.
- a) Está correto o item I, apenas.
  - b) Está correto o item II, apenas.
  - c) Estão corretos os itens II e III, apenas.
  - d) Estão corretos os itens I e II, apenas.
  - e) Todos os itens estão corretos.

**98.** De acordo com a lei 3.938/66, a intimação realizada por edital considera-se realizada

- a) na data da assinatura.
- b) na data indicada no aviso de recebimento.
- c) quinze dias após a data de sua publicação.
- d) vinte dias após a data de sua publicação.
- e) trinta dias após a data de sua publicação.

**99.** De acordo com RICMS-SC, no caso de parcelamento de crédito tributário constituído de ofício, requerido no prazo de 30 dias contados do ciente da notificação fiscal, a multa exigida será reduzida, proporcionalmente aos valores recolhidos em\_\_\_\_\_ no caso de recolhimento até a data de vencimento da segunda parcela.

- a) 50%.
- b) 40%.
- c) 45%.
- d) 20%.
- e) 35%.

**100.** Senhor José possui um mercadinho no centro de Florianópolis, porém decidiu encerrar suas atividades. De acordo com RICMS-SC, Sr. José tem o prazo de \_\_\_\_\_ para solicitar a baixa da inscrição estadual.

- a) 10 dias.
- b) 30 dias.
- c) 20 dias.
- d) 15 dias.
- e) ZERO dias (na data do encerramento).



# Estratégia

## Concursos

## Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-SEFAZ-SC-27-11>

NÃO É ASSINANTE?

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>



**Estratégia**  
Concursos